Revista Khóra, vol 3, n 4 (2016)
ISSN: 2358-9159

DUALIDADE: CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO NO PATRIMÔNIO GEOMORFOLÓGICO DO MACIÇO DO GERICINÓ-MENDANHA: UMA ANÁLISE DA VERTENTE VOLTADA PARA O RIO DE JANEIRO

Natália Macedo Rodrigues
Debora Rodrigues Barbosa

Resumo:

As áreas naturais, sofrem, de uma maneira geral, com todo o processo de crescimento urbano. Nelas, ocorrem práticas de desmatamento, que estão ligada ao crescimento imobiliário ilegal e desenfreado, que assola cada vez mais as grandes capitais brasileiras. Na cidade do Rio de Janeiro, as unidades de relevo, como Maciços do Gericinó-Mendanha, Tijuca e Pedra Branca têm sofrido forte degradação ambiental, através do desmatamento e ocupação desordenada em suas vertentes. Nesse sentido, o governo estadual tem buscado a criação e organização de espaço protegidos a partir da Lei Federal instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Assim, nesse trabalho, busca-se analisar a contribuição da Geomorfologia, na dualidade conservação e degradação das Unidades de Conservação presentes nas vertentes voltadas para o Rio de Janeiro do Maciço do Gericinó-Mendanha.

Palavras-chave:
Geomorfologia Ambiental, Unidades de Conservação, Maciço do Gericinó-Mendanha.

Abstract:

Natural areas suffer, in general, to the entire urban growth process. In them, there deforestation practices, which are linked to the illegal and rampant real estate growth, plaguing more and more large Brazilian cities.In the city of Rio de Janeiro, the Atlantic Forest has been degraded to make way for expansion of the urban fabric, which needs to deforestation as a means of appropriation of the territory.In this sense , the state government has sought the creation and organization of protected space from the Federal Law established the National System of Nature Conservation Units (SNUC) to establish criteria and standards for the creation, implementation and management of protected areas.Thus, this study seeks to analyze the contribution of geomorphology , the duality conservation and degradation of protected areas present in the areas facing the Rio de Janeiro massif Gericinó - Mendanha.

Keywords:
Environmental geomorphology, protected areas, Massif Gericinó-Mendanha.

Dualidade: degradação e conservação no patrimônio geomorfológico do maciço do Gericinó-Mendanha: uma análise da vertente voltada para o Rio de Janeiro

Natália Macedo Rodrigues
Débora Rodrigues Barbosa

INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem sofrido forte crescimento populacional a partir da segunda metade do século passado quando as políticas públicas orientaram a transformação espaço-industrial da Região Sudeste brasileira e grandes obras permearam a metrópole e vizinhança. Essa expansão demográfica tem pressionado os recursos naturais e grandes recortes florestais da Mata Atlântica localizados nos Maciços Costeiros, com a prática do desmatamento, recortes nas vertentes, para edificações e mudanças nos cursos fluviais.

Para proteger os recortes verdes das unidades geomorfológicas cariocas, o governo estadual tem criado e gerido um conjunto de Unidades de Conservação, que protegem não só amostras representativas de todos os ecossistemas nativos associados à Mata Atlântica fluminense, bem como a própria constituição geológico-geomorfógica de diferentes unidades de relevo. O grande problema é que o avanço urbano muitas vezes não tem respeitado as regras básicas de proteção das encostas, sobretudo na Zona Oeste do Rio de Janeiro, no entorno do Maciço do Gericinó-Mendanha.

Dentro desse contexto, esse trabalho busca analisar a contribuição da Geomorfologia, na dualidade conservação e degradação das Unidades de Conservação presentes nas vertentes voltadas para o Rio de Janeiro do Maciço do Gericinó-Mendanha.

MATERIAL E MÉTODOS

Esse trabalho contou com diferentes etapas metodológicas, dentre elas a revisão bibliográfica das bases legais de implantação das diferentes unidades de conservação que protegem o Maciço do Gericinó-Mendanha. Também foi necessária fazer uma análise da estrutura geológico-geomorfológica do Maciço, buscando fazer uma interpretação local das unidades de relevo e o uso e ocupação atual, utilizando cartogramas em escala que variam entre 1:50.000 e 1:10.000. A terceira etapa do presente trabalho consistiu a realização de trabalho de campo na segunda metade de 2015, ao Parque Estadual do Mendanha e seu entorno, com o intuito de obtenção de dados mais específicos sobre a Unidade de Conservação presente nesta porção do maciço.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos da geomorfologia ambiental no sentido de identificar as unidades vulneráveis à ação das forças naturais e antrópicas são essenciais para a adequada gestão das unidades de conservação. De acordo com Guerra e Marçal (2006), "a Geomorfologia Ambiental procura entender a superfície terrestre, levando em conta uma abordagem integradora, onde o ambiente (natural e transformado pelo homem) seja o ponto de partida, bem como o objeto esse ramo do conhecimento" (p.24).

As declivosas unidades de relevo como o Maciço do Gericinó-Mendanha fazem de uma paisagem, um local atrativo para a prática turística. Dentro desse contexto, é fundamental o estudo detalhado das Unidades de Conservação para a sua proteção e também para a sua melhor utilização, quando possível pela legislação.

O maciço de Gericinó-Mendanha é um dos três grupos de maciços costeiros localizados no Município do Rio de Janeiro. A unidade geomorfológica é conhecida por possuir características a própria Mata atlântica original, abrigando espécies ameaçadas de extinção e o vulcão extinto da era cenozoica período terciário. Abrange uma área que compreende as serras de Madureira, Marapicu, Gericinó e Mendanha, localizadas na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo os municípios do Rio de Janeiro, Nilópolis Mesquita e Nova Iguaçu (Fig 1).

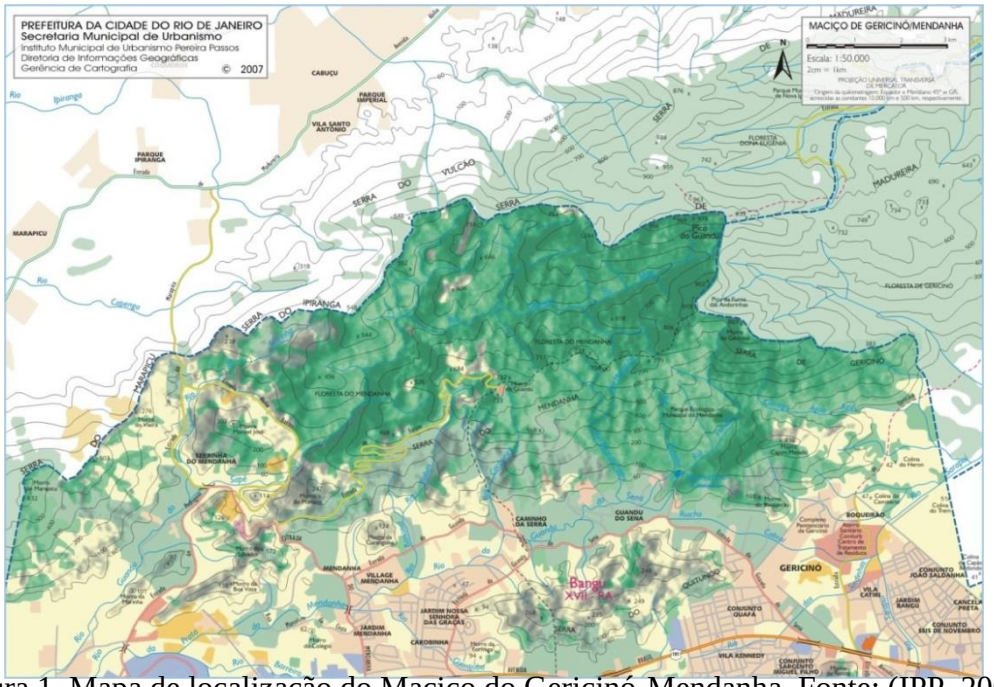


Figura 1. Mapa de localização do Maciço do Gericinó-Mendanha. Fonte: (IPP, 2007)

O maciço do Gericinó-Mendanha ocupa uma área de aproximadamente 105 km², onde sua encosta sul está voltada para a Zona Oeste da capital, entre os bairros de Campo Grande e Bangu e as encostas leste e norte, para os municípios de Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu e parte do Rio de Janeiro.

A degradação, com cortes de estradas vicinais e desmatamento datam do período colonial. A região passou a ser conhecida pelos primeiros colonizadores a partir de 1603, no início do século XVII, quando cultivaram canaviais, abrindo caminhos de acessos, e construíram seus engenhos de açúcar que eram o motor da economia da época, provavelmente ocupando as baixadas circundantes (OESTE CARIOCA, 2014).

A cafeicultura foi praticada até o século XIX, onde no final deste, o processo de urbanização começou a se configurar na região. Tal processo teve seu ápice com a construção do ramal Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil, chegando até Bangu. Outro fator importante para o processo de urbanização da área foi a construção da Companhia Progresso Industrial, conhecida como Fábrica Bangu, em 1893. A principal época de ocupação da Zona Oeste deu-se com a abertura da Estrada Rio São Paulo, em 1930 e com a construção da Avenida Brasil, em 1946.

Atualmente, com o processo de ocupação irregular, algumas das áreas com vegetação original deram lugar a áreas de pastagem e cultivo, principalmente àquele chamado de desmatamento verde (GAMA *et.al.*, 2006), onde a vegetação é retirada para dar lugar a cultivos, geralmente de bananeiras.

Destaca-se, no entanto, que o maciço apresenta 60% das florestas em ótimo estado de conservação, enquanto os 40% restante são constituídos por vegetações secundárias (SANTOS *et.al.*, 2007). As áreas mais preservadas encontram-se nas cotas altimétricas mais elevadas, onde podem ser vistas em estado primitivo ou até mesmo clímax. Nesse sentido, o maciço pode ser considerado região prioritária para a preservação da biodiversidade e mananciais hídricos.

Essa região abriga um dos últimos grandes remanescentes florestais da região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo sido declarada como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1992 (SPOLIDORO, 1998).

A preocupação em preservar o maciço do Gericinó-Mendanha data da década de 1940, quando a partir do Decreto-Lei número 3.889, de 5 de dezembro de 1941, houve a transferência das atividades de proteção e guarda das florestas da União o Serviço Florestal do Ministério da

Agricultura, transformando a área do maciço em Floresta Protetora da União. Um fator de proteção é a presença de duas das escolas de instrução das Forças Armadas: Campo de Instrução do Gericinó (CIG) e o Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (CIAMPA).

Atualmente, há também, diferentes unidades de conservação, como é o caso do Parque Estadual do Mendanha, a Área de Proteção Ambiental Estadual do Gericinó-Mendanha, o Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e Parque Natural Municipal de Mesquita.

As Unidades de Conservação consistem em áreas legalmente instituídas pelo poder público nas suas três esferas e estão divididas em dois grupos: as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Como o trabalho refere-se à vertente voltada para a Zona Oeste do Rio de Janeiro, é fundamental apresentar as duas unidades de conservação da área (Fig 2).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MACIÇO GERICINÓ-MENDANHA – ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

Unidade de Conservação	Lei/Decreto	Área	Abrangência/ Municípios
Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha	Lei Estadual 1.331, de 12 de julho de 1988	7.972 hectares	Território ocupado pelas serras de Madureira, Marapicu, Gericinó e Mendanha Nova Iguaçu, Mesquita e Rio de Janeiro
Parque Natural da Serra do Mendanha	Lei Municipal nº 1.958, de 5 de abril de 1993	1.500 hectares	Bairros de Bangu e Campo Grande, no Rio de Janeiro
Parque Estadual do Mendanha	Decreto Estadual n° 44.342, de 22 de agosto de 2013	4.398,10 hectares	Partes dos municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Mesquita

Resumindo: o que acontece atualmente é que o Parque Estadual tem uma preservação clara e efetiva (integral), dos recursos naturais e das vertentes da unidade de relevo e, no seu entorno, a Área de Proteção Ambiental funciona como um recorte de transição entre a ocupação urbana e a proteção integral (Fig 3).

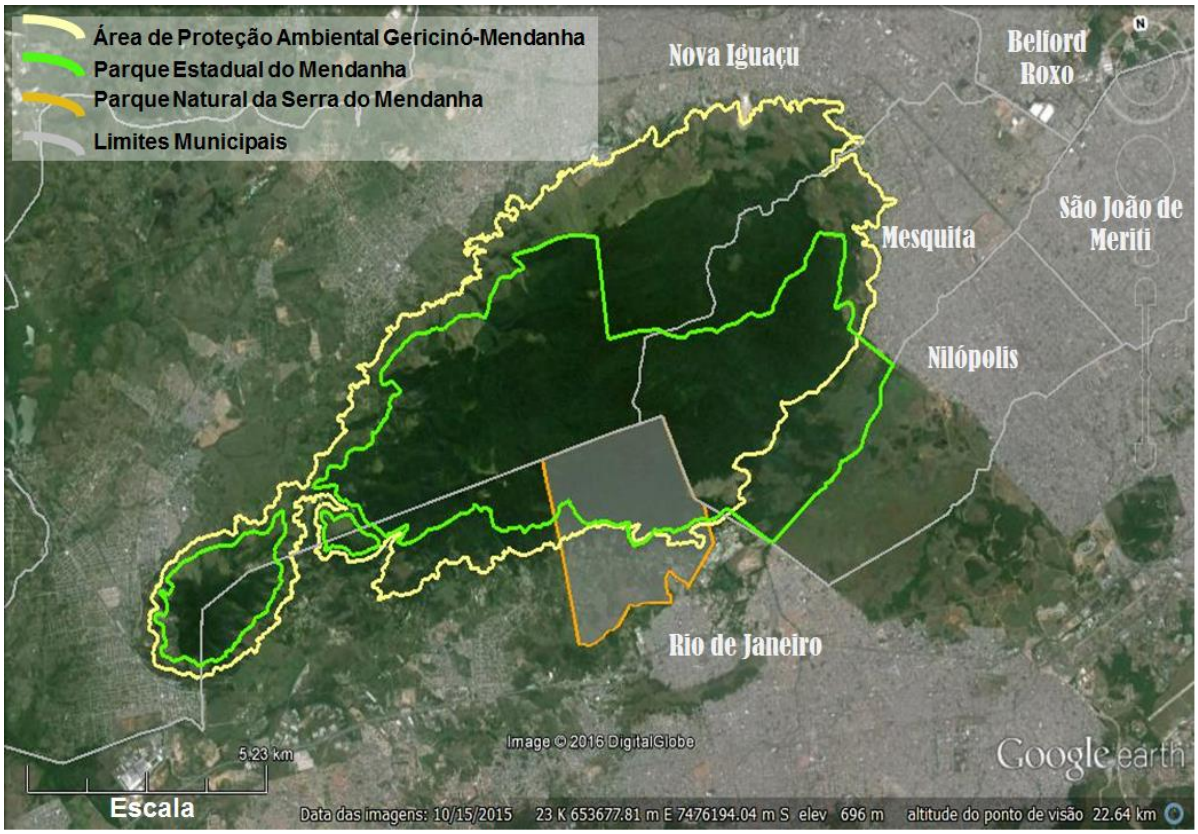


Figura 3. Localização das Unidades de Conservação. Adaptado de INEA (2015).

A exceção do Parque Estadual, essas Unidades de Conservação vêm sofrendo, ao longo dos anos, com a presença de população e diversas ações antrópicas. Gama (2002) define essa população em três classes: vizinhos, moradores e visitantes eventuais. Os "vizinhos" consistem na população que habita o entorno imediato, limitado pela Avenida Brasil. Os "moradores" são aqueles que habitam residências precárias, já previamente estabelecidas, geralmente herdadas ou invadidas e são, em maioria, dependentes da atividade agrícola. E os "visitantes eventuais" caracterizam-se pela população residente em municípios vizinhos que vão até a região em busca de práticas de lazer. Há ainda o que Gama chama de "visitantes trilheiros", que são aqueles que frequentam a região de forma mais assídua, geralmente aos finais de semana.

De uma forma ou de outra, essas populações acabam por impactar a região de estudo, uma vez que a mesma sofre com problemas como falta de saneamento básico, tendo esgoto lançado a céu aberto, falta de água encanada, carência de destinação adequada ao lixo, sendo caracterizados como "usos indevidos. " (Gama *et.al.*, 2006). Além desses usos, há também pressão antrópica oriunda das grandes vias expressas que circundam a região, como a Avenida

Brasil, com também das de menor impacto, como a Estrada Guandu do Sena, Estrada do Mendanha, acabando por colaborar no processo de fragmentação do referido ecossistema.

Outro problema importante que precisa de solução urgente, associado às ocupações irregulares, diz respeito ao lançamento de esgoto diretamente nos cursos d´água, sem nenhum tipo de tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todos os problemas no Maciço do Gericinó-Mendanha, é perceptível a manutenção de suas encostas protegidas é de extrema importância, não só para garantir o equilíbrio geomorfológico-ecológico, mas também atrair cada vez mais a atenção da população e de profissionais das ciências ditas ambientais.

Se por um lado existe a ocupação irregular, o lançamento de esgoto, a poluição e degradação do ambiente natural, por outro existe uma legislação vigente e que protege o Maciço e o bioma mata atlântica.

Estudos do Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (DRM) em média escala já identificam as principais unidades de relevo presentes no território fluminense, é fundamental um detalhamento mais completo, sobre as principais unidades geomorfológicas do Maciço do Gericinó-Mendanha, no sentido de melhor contribuir para a gestão das unidades de conservação presentes em suas encostas.

REFERÊNCIAS

GAMA, S. V. G. da. **Contribuição metodológica à gestão ambiental integrada de Unidades de Conservação – O Caso do Maciço Gericinó-Mendanha – Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. 2002**. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GAMA, S. V. G. da; XAVIER, T. F.; COSTA, S. M. A visitação da APA e Parque na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro (RJ): conflitos e gestão da UC Gericinó-Mendanha.

Caderno Virtual de Turismo, vol. 6, núm. 3, 2006, pp. 73-80, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

GUERRA, A. T; MARÇAL, M. S. **Geomorfologia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2006.

INEA - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Parque Estadual do Mendanha (PEM): Proposta de Criação do Parque Estadual do Mendanha - Mais uma área protegida para o Rio de Janeiro**. Disponível em <http://www.inea.antigo.rj.gov.br/unidades/pem.asp>. Acesso em 02 jan. 2016.

IPP - INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Cidade do Rio de Janeiro - 2013**. Rio de Janeiro: IPP. 2015.

OESTE CARIOCA - GRUPO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS. **O que é e onde é o Maciço do Gericinó-Mendanha?** Disponível em <http://oestecarioca-estudos.blogspot.com.br/2014/11/o-que-e-e-onde-e-o-macico-do-gericino.html>. Acesso em 02 nov. 2014.

SPOLIDORO, M. L. C. V. **Fatores ambientais que afetam a distribuição e frequência de capinzais na Serra de Madureira – Mendanha, RJ**. Monografia. Curso de Especialização em Ciências Ambientais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 1998.

SOUZA. **Uso do Solo na bacia hidrográfica do rio Guandu-Mirim**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Fundação Educacional Unificada Campograndense, Rio de Janeiro. 2015.